

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# ENGAJAMENTO ONLINE E COMPARECIMENTO ELEITORAL DE JOVENS: O CASO DAS ELEIÇÕES DE 2022

Daniel Leonel da Rocha, Filipe Vicenti Faeti, Ednaldo Aparecido Ribeiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6992>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-26 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## ENGAJAMENTO ONLINE E COMPARECIMENTO ELEITORAL DE JOVENS: O CASO DAS ELEIÇÕES DE 2022

Daniel Leonel da Rocha.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4005-1497>.

<daniel.leonel.rocha@gmail.com>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Seropédica, RJ, Brasil.

Filipe Vicenti Faeti.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7554-6145>.

<fvfaeti@gmail.com>

Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos, SP, Brasil.

Ednaldo Aparecido Ribeiro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4005-5108>.

<ednaldorip@gmail.com>

Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, PR, Brasil.

**RESUMO:** Neste artigo, foi analisado se o engajamento político online está relacionado a uma maior participação eleitoral entre os jovens. A tese dos ciclos de vida sustenta que os jovens apresentam menor engajamento no comparecimento eleitoral em comparação aos adultos, devido à sua menor experiência e recursos. A partir da análise dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022, questionamos essa crença, argumentando que o engajamento online, dentro do contexto juvenil, reduz os custos de participação e contribui para o aumento da atividade política offline, incluindo ações voltadas para os cidadãos. A partir de testes de regressão, analisamos duas hipóteses: a primeira é que os jovens votam mais quando estão engajados politicamente online, e a segunda é que o engajamento online diminui as diferenças na participação eleitoral entre jovens e adultos. Os resultados confirmam que o engajamento online desempenha um papel compensatório e nivelador na participação eleitoral dos jovens em comparação com os mais velhos.

**Palavras-chave:** Engajamento online, Voto, Eleições, Juventude.

## ONLINE ENGAGEMENT AND YOUTH VOTER TURNOUT: THE CASE OF THE 2022 ELECTIONS

**ABSTRACT:** In this article, we examine whether online political engagement is related to higher voter turnout among young people. The life-cycle thesis holds that young people show lower engagement in voter turnout compared to adults due to their lower experience and resources. From the analysis of data from the 2022 Brazilian Electoral Study (ESEB), we question this belief, arguing that online engagement, within the youth context, reduces participation costs and contributes to increased offline political activity, including citizen-driven actions. Using regression tests, we analyze two hypotheses: the first is that youth vote more when they are politically engaged online, and the second is that online engagement decreases differences in electoral participation between youth and adults. The results confirm that online engagement plays a compensatory and leveling role in the electoral participation of young people compared to older people.

**Keywords:** Online engagement, Voting, Elections, Youth.

## INTRODUÇÃO

O engajamento político online está relacionado a maiores níveis de participação eleitoral entre os jovens? Procuramos responder a essa questão, considerando o contexto eleitoral de 2022 no Brasil. De acordo com os dados do TSE, aproximadamente 1.144.481 jovens entre 16 e 18 anos adquiriram seu título de eleitor no ano de 2022 (Rocha, 2022). Grande parte desses registros resultou de uma campanha promovida pelo TSE em parceria com influenciadores digitais, personalidades da mídia e instituições públicas e privadas, com o objetivo de despertar o interesse dos jovens pelo voto (Caldas, 2022). Essa iniciativa ocorreu em meio à circulação de informações falsas sobre a integridade das urnas e das pesquisas de intenção de voto.

O interesse pelo tema "engajamento político online e participação eleitoral dos jovens" não é infundado. Primeiramente, a década de 2010 registrou uma significativa porcentagem de jovens engajados online (Vissers & Stolle, 2014). Em segundo lugar, alguns estudos associaram o engajamento online a uma maior participação em protestos (Hansen & Ferreira, 2018) e filiação a partidos políticos (Barros & Martins, 2017; Ozge & Bingöl, 2021). E, por fim, existem pesquisas que analisam as mídias sociais como novos espaços de socialização política (Santos, 2011; Oliveira, 2016; Magnoni, Camargo & Miranda, 2017) ou de autossocialização (Anderson & McCabe, 2012). Portanto, o engajamento político online merece maior atenção das pesquisas que analisam a participação eleitoral, especialmente entre os jovens.

Na maioria dos casos, observa-se entre jovens uma preferência por formas de ação mais descentralizadas, orientadas por causas e limitadas aos problemas que os afetam diretamente (Norris, 2004; Inglehart & Welzel, 2009; Okado & Ribeiro, 2015; Oliveira, 2016). Nesse contexto, as atividades voltadas para os cidadãos, como a participação eleitoral e filiação partidária, seriam menos atrativas para o público jovem. Diante dessa realidade, nossa questão se torna oportuna: o comparecimento eleitoral dos jovens aumenta quando eles estão mais politicamente engajados online?

Estudos recentes têm demonstrado que não há diferença na percepção da eficácia entre a participação política online e offline (Oser, 2022). Portanto, o engajamento online não é escolhido por ser mais eficiente, mas sim porque se configura como uma atividade associada ao contexto juvenil (Oser, Hooghe, & Marien, 2013; Magnoni, Camargo, & Miranda, 2017). Essa perspectiva está alinhada com uma literatura que defende que a participação em diferentes modalidades de ação política, como

voto e filiação partidária, depende das condições existenciais que compõem cada fase da vida, como juventude, vida adulta e velhice (Nie, Verba, & Kim, 1974; Stoker & Jennings, 1995; Visser & Krosnick, 1998; Highton & Wolfinger, 2001; Norris, 2004; Kinder, 2006; Erkulwater, 2012; Flanagan, 2013). Isso é atribuído a vários fatores, como experiência de vida, estabilidade econômica e social, interesse ou conhecimento político. A tese principal é de que o engajamento político tenderia a crescer na transição da juventude para a fase adulta e a reduzir na velhice.

Neste artigo, questionamos a hipótese de que a condição juvenil esteja associada com menores índices de comparecimento eleitoral, quando comparado aos adultos. Propomos que o engajamento online, associado ao contexto juvenil, reduziria os custos de participação, contribuindo para o aumento da atividade política offline, inclusive aquelas orientadas para o cidadão (Cortés-Cediel, Gil, & Cantador, 2018). Sendo assim, nossa primeira hipótese é que (H1) os jovens votam mais quando estão engajados politicamente online. Argumentamos que o engajamento online tem um efeito compensatório na participação eleitoral, especialmente entre os jovens, ao reduzir os custos de participação. Nossa segunda hipótese é que (H2) o engajamento online reduz as diferenças na participação eleitoral entre jovens e adultos. Argumentamos que o engajamento online tem um efeito nivelador na participação eleitoral entre jovens e adultos, porque esse repertório está mais associado a condição juvenil.

Utilizamos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) referente ao ano de 2022. O ESEB é um levantamento nacional pós-eleitoral de natureza acadêmica, realizado pelo CESOP desde 2002. Através da técnica de regressão multivariada, analisamos se o engajamento online potencializa o comparecimento eleitoral juvenil e reduz as disparidades de participação eleitoral entre jovens e adultos. Nossos resultados indicam que o engajamento online está relacionado com índices mais elevados de comparecimento eleitoral entre jovens e que as diferenças nos indicadores de participação eleitoral entre jovens e adultos foram reduzidas entre os altamente engajados online.

Nosso artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. As duas primeiras seções abordam a discussão sobre ciclo de vida, engajamento online e participação eleitoral de jovens, e uma breve contextualização do período eleitoral de 2022 no Brasil. A terceira seção discorre sobre as características da amostra, a seleção das variáveis e as técnicas de análise empregadas. A quarta seção apresenta os resultados de pesquisa.

## CICLO DE VIDA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

O ciclo de vida, no contexto dos estudos sociais e políticos, refere-se ao padrão de mudanças e desenvolvimento que ocorrem ao longo do tempo na vida das pessoas (Okado & Ribeiro, 2015; Smets, 2016). Essas mudanças podem abranger diferentes aspectos, como idade, status socioeconômico, experiências de vida e participação política. A perspectiva do ciclo de vida é crítica da noção de que as atitudes e valores tendem a se cristalizar nos primeiros anos de vida, e que essas atitudes e valores sofreriam poucas alterações ao longo do tempo. Ao contrário disso, propõe-se que mudanças substantivas no estilo de vida, como casamento, maternidade/paternidade e entrada no mercado de trabalho, poderiam redirecionar atitudes e comportamentos dos indivíduos (Caspi, Bem, & Elder, 1989; Stoker & Jennings, 1995).

No campo dos estudos sobre participação política, a categoria do ciclo de vida é aplicada para compreender como a participação política de um indivíduo pode evoluir ao longo do tempo. O argumento clássico é de que existe uma relação curvilínea entre ciclo de vida e participação política (Nie, Verba, & Kim, 1974; Knoke & Thompson, 1977; Erkulwater, 2012). Ou seja, o engajamento em atividades voltadas para o cidadão, como voto e filiação partidária, tenderia a crescer na transição da juventude para a fase adulta e a reduzir na velhice. Isso é atribuído a vários fatores, como experiência de vida, estabilidade econômica e social, interesse ou conhecimento político. Portanto, o engajamento político tenderia a aumentar ou diminuir dependendo da etapa da vida.

Contudo, outra vertente defende que o pessimismo em relação à participação juvenil, quando comparados aos adultos, não estaria completamente correto (Quintelier, 2007; Boghossian & Minayo, 2009; Farthing, 2010). Por exemplo, em atividades orientadas por causas (Norris, 2004), como protestos, os jovens tenderiam a ser mais ativos em comparação aos mais velhos. Uma explicação para esse cenário deve-se às transformações socioeconômicas e ao aumento do nível de instrução, que impactaram significativamente as coortes mais jovens, contribuindo para o surgimento de uma cidadania crítica em relação às instituições políticas tradicionais da democracia (Dalton, 2008). Sendo assim, as etapas do ciclo de vida ajudariam a explicar variações nas preferências por formas de engajamento político (Ribeiro, 2012; Okado & Ribeiro, 2015), sendo as modalidades não institucionalizadas as mais acessíveis aos jovens.

Embora não seja simples a operacionalização do conceito de ciclo de vida, seria incorreta a redução desse conceito à faixa etária. Isso se deve ao fato de que o ciclo de vida abrange circunstâncias existenciais que orientam as preferências dos indivíduos. Por exemplo, a saída da casa dos pais (Knoke, Thomson, 1977), as relações matrimoniais (Stoker, Jennings, 1995), a maternidade/paternidade (Jennings, 1979), a entrada no mercado de trabalho e a busca por moradia para formar uma família (Smets, 2016) são fatores que deveriam ser considerados para classificação dos ciclos de vida. Se a idade fosse o único critério para determinar o ciclo de vida, bastaria delimitar a juventude com base na lei de cada país, que, no caso do Brasil, prevê que adultos são aqueles com 18 anos completos.

Alguns estudos que investigam a relação entre juventude e participação política utilizam o critério da idade para realizar comparações entre grupos de faixas etárias (Castillo, 2008; Castro, 2008; Fuks, 2011; Ribeiro, 2012; Rodrigues; Menezes; Ferreira, 2018; Kitanova, 2020). Na seção de resultados, serão apresentados gráficos que comparam dois cenários: um que utiliza apenas a idade e outro que utiliza os perfis por etapa do ciclo de vida. O que podemos adiantar é que esses dois cenários não apresentam a mesma tendência, seja em relação ao engajamento político online, seja em relação aos indicadores de participação eleitoral. Argumentamos que o uso da variável idade, sem considerar outros fatores que possam estar associados às circunstâncias existenciais que afetam as preferências individuais, resulta em conclusões pouco informativas e até equivocadas em análises sobre participação política. Neste artigo, consideramos as etapas do ciclo de vida como critério para examinar a relação entre o engajamento online e o comparecimento eleitoral de jovens.

Vale ressaltar que estudos mais recentes têm identificado uma transição mais tardia do contexto juvenil para a fase adulta (Smets, 2016). Uma possível explicação para esse fenômeno é a escolha das pessoas em sair da casa dos pais em idade mais avançada, adiar a maternidade/paternidade e atrasar o ingresso no mercado de trabalho, priorizando, assim, os estudos. O mesmo padrão pode ser observado entre os indivíduos mais velhos, devido ao aumento da idade mínima para aposentadoria e à maior expectativa de vida. Consequentemente, a definição de "juventude" tem sido ampliada para incluir faixas etárias mais avançadas. Esse argumento reforça a desconfiança em considerar a idade como o único critério para definir os grupos como jovens, adultos e idosos.

A literatura converge ao afirmar que existem diferenças entre jovens e adultos quando consideramos a participação eleitoral (Quintelier, 2007), sendo os jovens menos engajados. Isso pode ser explicado, por exemplo, pelas restrições nas leis eleitorais, que estabelecem uma idade mínima para

o voto, bem como pela disponibilidade de recursos pessoais, baixos incentivos e falta de educação cívica. No entanto, estudos recentes têm demonstrado que o engajamento online entre jovens está relacionado ao aumento dos indicadores de comparecimento eleitoral (Cediel; Cantador, 2018).

Uma das razões para isso é que a busca por informações políticas por meio de sites de notícias e redes sociais se configura como uma ação de baixo custo, ampliando o conhecimento sobre o contexto político-eleitoral. Desde a década de 1960, os estudos clássicos sobre comportamento eleitoral têm defendido que um maior fluxo de informações influencia a decisão de voto (Converse, 1960). Considerando que as gerações mais jovens estão mais envolvidas online (Vissers; Stolle, 2014; Magnoni; Camargo; Miranda, 2016), questionamos se esse engajamento se traduz em um maior comparecimento eleitoral.

## **CONTEXTO ELEITORAL DE 2022 E A PARTICIPAÇÃO JUVENIL**

O processo eleitoral de 2022 foi marcado por um aumento de 50% na participação dos jovens entre 16 e 17 anos de idade em comparação com 2018. Nas eleições anteriores, a proporção de eleitores nessa faixa etária foi de 23% em 2014, 22% em 2018 e subiu para 35% em 2022 (Caseff, 2022). Nesta breve seção, listamos alguns fatores contextuais que podem estar associados a esse aumento nas taxas eleitorais e na participação dos jovens brasileiros.

Com um menor grau e intensidade, os acontecimentos que tornaram as eleições de 2018 atípicas persistiram em 2022 e influenciaram o maior comparecimento dos jovens. Destacamos, em primeiro lugar, o ativismo digital decorrente das Fake News. Entendemos as Fake News como informações falsas disseminadas como notícias com propósitos políticos e fraudulentos que afetaram os resultados das eleições de 2018. Essa situação levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a promover várias campanhas contra a desinformação no último pleito.

As Fake News relacionadas à insegurança das urnas eletrônicas foram frequentes durante o processo eleitoral. Diante disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstrou preocupação com a possibilidade de deslegitimação do processo eleitoral, o que poderia levar à contestação das eleições e gerar apatia eleitoral, especialmente entre os jovens (TRE-PR). Nesse contexto, deputados federais aliados a Jair Bolsonaro retomaram a discussão do Projeto de Lei 1175/2015, que propõe a

implementação do voto impresso como uma suposta alternativa para dissipar as dúvidas em relação à integridade do processo eleitoral.

A suposta fraude das urnas eletrônicas foi um tema abordado na campanha de Bolsonaro. É importante destacar que um dos processos contra o ex-presidente, julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2023, está relacionado a uma reunião ocorrida em 18 de julho de 2022. Nessa reunião, diplomatas de países com embaixadas no Brasil foram convocados e surgiram questionamentos sobre a segurança das urnas eletrônicas. Em paralelo, Fake News relacionadas à insegurança das urnas eletrônicas foram disseminadas entre apoiadores de Bolsonaro por meio de plataformas como Telegram e WhatsApp.

A desconfiança em relação às pesquisas eleitorais é outro tema de Fake News que permeou o processo eleitoral. De acordo com aliados do governo de Bolsonaro, os institutos de pesquisa estavam cometendo erros em suas projeções além da margem de erro. Nesse contexto, o deputado federal Ricardo Barros (PP/PR) propôs o projeto de lei nº 2567/2022, que busca estabelecer normas para tipificar a conduta dos institutos de pesquisa e impor multas por erros de projeção. No entanto, a questão central era o fato de as pesquisas eleitorais serem usadas como referência pelos eleitores para decidirem seu voto. É importante ressaltar que, na eleição de 2022, os candidatos do PT e do PL disputavam a preferência dos jovens eleitores.

A atuação Judiciária do ministro Alexandre de Moraes no TSE é outro tema de destaque. A notoriedade de sua magistratura deve-se, justamente, ao inquérito das Fake News, que está sob sua responsabilidade desde 2019 e ganhou relevância durante o período eleitoral de 2022. Os desdobramentos desse inquérito atingiram influenciadores digitais aliados de Jair Bolsonaro, como o YouTuber Alan dos Santos, e as milícias digitais, que desempenharam um papel na organização de grupos antidemocráticos tanto online quanto offline e na sua mobilização eleitoral nos anos de 2018 a 2022.

Além das campanhas contra FakeNews, vale ressaltar as iniciativas em favor do maior engajamento eleitoral, especialmente entre os mais jovens. Talvez a mais relevante tenha sido a campanha ambientalista intitulada "O voto é seu, mas o futuro é nosso", que ganhou visibilidade no Twitter por meio do compartilhamento de personalidades como Léo Di Caprio e Mark Ruffalo. Essa campanha convocava os jovens a registrarem seus títulos eleitorais antes do prazo limite, criticando as

políticas ambientais do governo Bolsonaro. Destacamos também o engajamento de influenciadores digitais brasileiros, personalidades da mídia e instituições públicas e privadas, com o objetivo de despertar o interesse dos jovens pelo voto.

Argumentamos que a maior mobilização dos jovens nas redes sociais durante as eleições de 2022 possa estar associada a insatisfação com a condução do governo Bolsonaro durante a pandemia em áreas consideradas sensíveis para esse público, tais como meio ambiente, ciência, educação e mercado de trabalho. Vale ressaltar que os jovens de 18 a 24 anos foram os mais afetados pelas sequelas da pandemia, em razão das dificuldades causadas pela interrupção das aulas e o desamparo pela falta de políticas públicas direcionadas ao setor. Esse grupo também foi afetado pelo desemprego em 2022, com uma taxa de 22,2% (O GLOBO, 2023). Portanto, não seria surpreendente uma maior participação dos jovens nessas eleições, com um voto punitivo contra o governo.

Acreditamos que os fatores mencionados, como desconfiança nas urnas e nas pesquisas de intenção de voto, a presença de candidatos com alta rejeição, a precarização das condições de vida da juventude após a pandemia de COVID-19 e o aumento do uso das redes sociais para consulta de informações políticas, convergiram no processo eleitoral de 2022. Dado o contexto de maior sensibilização para questões políticas e a maior propensão dos jovens ao uso de internet e redes sociais, analisamos neste artigo se o engajamento online está associado com maior comparecimento eleitoral em 2022 entre jovens. Na próxima seção, apresentaremos a base de dados, as variáveis e os procedimentos adotados neste artigo.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Neste artigo utilizamos os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) referentes ao ano de 2022. O ESEB é um levantamento pós-eleitoral de natureza acadêmica conduzido pelo CESOP desde 2002. Nessa última edição, foram realizadas 2.001 entrevistas de forma presencial e domiciliar entre os dias 19 de novembro e 04 de dezembro de 2022. A amostra foi selecionada de maneira a ser representativa da população e das cinco regiões brasileiras: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Procuramos responder à seguinte questão: o engajamento online está relacionado a um aumento na participação eleitoral entre os jovens? Para isso, trabalhamos com duas variáveis

dependentes: o comparecimento eleitoral no primeiro e no segundo turno. As perguntas correspondentes no questionário foram: Q10P1a - "Você votou no primeiro turno desta eleição?" e Q10P2a - "Você votou no segundo turno desta eleição?". Essas variáveis apresentam sete opções de resposta, mas estamos interessados apenas na opção "Sim, votou". Portanto, recodificamos essas variáveis como "(1) Votou" e "(0) Não votou".

A variável independente utilizada neste estudo refere-se à frequência diária de busca por informações políticas na internet e em redes sociais, como Facebook, WhatsApp, Twitter ou Telegram. Essa variável é avaliada por meio da pergunta Q02f: "Você utilizou redes sociais, como Facebook, Twitter, WhatsApp ou Telegram, para acompanhar as notícias sobre partidos e candidatos?". A pergunta é respondida em uma escala de sete pontos, variando de zero (representando "nenhum / zero dias") a sete (representando "sete dias"). Operacionalizamos essa variável em três faixas, na qual (0, 1 e 2) indicam baixo engajamento online, (3, 4 e 5) representam engajamento médio, e (6 e 7) indicam alto engajamento online<sup>1</sup>. Para fins de praticidade, chamaremos essa variável de "engajamento online".

Como mencionado na seção teórica, alguns autores defendem que o engajamento online tem um impacto positivo na participação política offline (Santos, 2012; Hansen; Ferreira, 2018; Özge; Bingöl, 2021). No entanto, essa participação não ocorre de maneira uniforme. Em primeiro lugar, há um viés de classe na participação política, especialmente quando consideramos fatores como renda e nível de escolaridade (Quintelier, 2007). Além disso, alguns estudos incluem gênero e cor da pele nas pesquisas sobre a relação entre internet e participação política (Jennings, 1979; Erkulwater, 2012). Sendo assim, decidimos incluir variáveis sociodemográficas, como sexo (D02), renda (D09\_RENDAF), escolaridade (D03) e cor da pele (D12a), para identificar o perfil dos indivíduos engajados online.

Codificamos as variáveis sociodemográficas da seguinte forma: a variável "sexo" foi definida como (1) para homem e (0) para mulher; a variável "renda" foi mantida conforme os dados do banco, representada em oito faixas de renda familiar; a variável "escolaridade" foi recodificada como (1) para Fundamental, (2) para Médio e (3) para Superior; a variável "cor" foi recodificada como (1) para branco

---

<sup>1</sup> Para analisar a robustez dos resultados, também realizamos testes com a variável de engajamento político em sua escala original (0 até 7 pontos) e como dicotômica, onde 1 representa sete dias de busca por informações políticas e zero representa até seis dias de buscas por informações políticas.

e (0) para não branco. A categoria "branco" inclui aqueles que se autodeclararam como brancos ou amarelos.

Por fim, construímos a categoria "ciclo de vida" com base na proposta de (Okado; Ribeiro, 2015) que classifica a juventude, a fase adulta e a velhice usando marcadores sociais que representam mudanças existenciais ao longo da vida, como casamento e entrada no mercado de trabalho. Para isso, selecionamos três variáveis do banco de dados: D04 - "Qual é o seu estado civil? O(a) Sr.(a) é"; D06 - "Atualmente, qual é a sua situação profissional?"; e D01A\_IDADE - "idade".

Delimitamos três faixas de idade: < 30 anos, entre 30 e 65 anos, e > 65 anos. A categorização para jovens e adultos é baseada nos argumentos levantados por (Smets, 2016) que defendem que as gerações mais jovens têm um atraso na transição para papéis adultos, devido a um amadurecimento mais tardio. O recorte para os idosos é baseado na idade mínima de aposentadoria no Brasil. Em relação ao estado civil, categorizamos os solteiros como (1) e os demais estados civis como (0). Por fim, classificamos aqueles que não trabalham e não estão procurando emprego como (1) e os demais como (0). Como mencionado na seção teórica, o casamento e a entrada no mercado de trabalho representam mudanças nas condições de vida dos indivíduos (Stoker; Jennings, 1995). Desse modo, estabelecemos três matrizes:

A = [jovens, adultos e velhos]

B = [solteiros, não solteiros]

C = [trabalha, não trabalha]

A construção dos perfis do ciclo de vida, com base na notação fornecida, envolve a análise das interseções entre as categorias nas matrizes A, B e C. Cada perfil representa uma combinação específica de características demográficas<sup>2</sup>.

Utilizamos testes de regressão para determinar o perfil dos indivíduos engajados online e sua relação com o comparecimento eleitoral. De acordo com Oser, Hooghe e Marien (2013), os indivíduos

---

<sup>2</sup> Notação para construção dos perfis: **Juvenil** =  $\sum (A[1] \cap B[1] \cap C[2])$ ; **Jovem Adulto** =  $\sum (A[1] \cap B[2] \cap C[2]) + (A[1] \cap B[2] \cap C[1]) + (A[1] \cap B[1] \cap C[1]) + (A[2] \cap B[1] \cap C[1]) + (A[2] \cap B[1] \cap C[2]) + (A[2] \cap B[2] \cap C[2])$ ; **Adulto** =  $\sum (A[2] \cap B[2] \cap C[1])$ ; **Velho** =  $\sum (A[3] \cap B[2] \cap C[1])$ .

mais engajados online tendem a ser mais jovens, possuir maior nível de escolaridade e renda elevada. Em relação ao comparecimento eleitoral, a literatura indica que os jovens participam menos do que os adultos, e isso ocorre por várias razões (Nie; Verba; Kim, 1974; Knoke; Thomson, 1977). A principal delas é que esse tipo de comportamento político impõe mais restrições aos jovens devido às suas condições de vida, como baixo conhecimento político, recursos limitados e falta de experiência política.

Como argumentado na seção teórica, estudos recentes têm demonstrado que o engajamento online tem um impacto positivo no aumento da participação eleitoral (Cediel; Cantador, 2018). Considerando que os jovens tendem a ser mais engajados online, argumentamos que esse engajamento possa resultar em um maior comparecimento eleitoral entre os jovens. Testaremos esse argumento com base nos dados mais recentes das eleições de 2022 no Brasil. A seguir, apresentaremos os resultados da nossa análise.

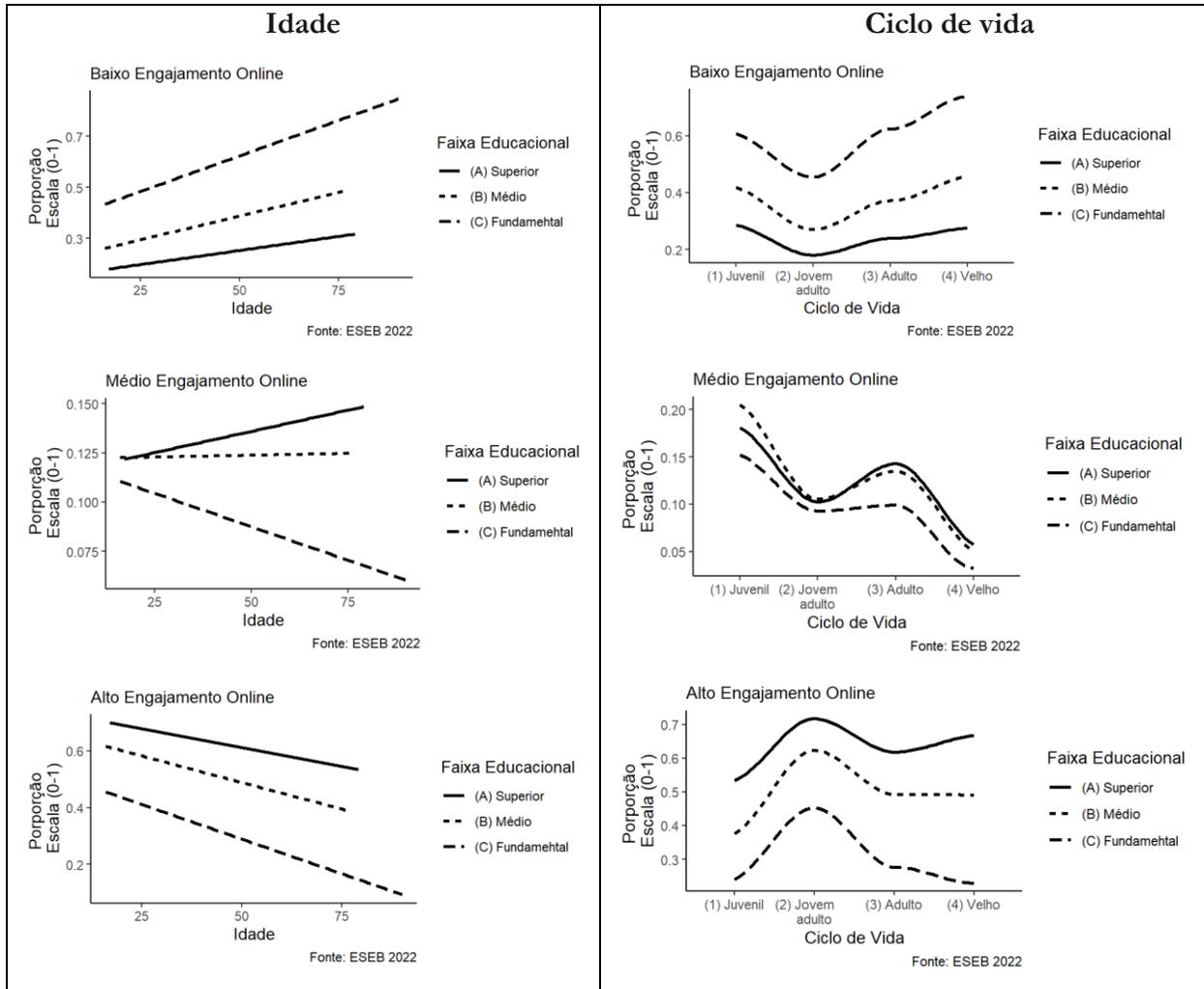
## **RESULTADOS**

O primeiro teste realizado consistiu na construção do perfil sociodemográfico das pessoas que demonstram maior engajamento político online. Essa investigação inicial foi embasada em estudos anteriores conduzidos por Oser, Hooghe e Marien (2013), Vissers e Stolle (2014) e Magnoni, Camargo e Miranda (2016), os quais indicaram que jovens do sexo feminino possuem maior propensão a se engajar online em busca de informações políticas. Nessa etapa, foram incluídos controles em nossos modelos, tais como sexo, nível educacional, etnia e renda familiar, em consonância com as sugestões também mencionadas por Erkulwater (2012) e Kitanova (2020).

Com o objetivo de estabelecer uma comparação, foram utilizados dois modelos distintos: um considerando exclusivamente a variável "idade" e outro baseado nos perfis de "ciclo de vida" previamente desenvolvidos na seção de materiais e métodos. Essa abordagem permitiu obter uma visão mais clara das diferenças existentes entre as diferentes fases da vida nesse tipo de engajamento, bem como avaliar a eficácia do uso das variáveis "idade" e "ciclo de vida". Essa estratégia revelou-se necessária para examinar se, de fato, os jovens apresentam maior engajamento online em comparação aos indivíduos mais velhos.

Os resultados de uma regressão multinomial, levando em consideração apenas as variáveis que demonstraram efeitos estatisticamente significativos, são apresentados no Gráfico 1<sup>3</sup>. Esse gráfico reporta o perfil dos indivíduos com diferentes níveis de engajamento online.

Gráfico 1 – Valores preditos para o nível baixo, médio e alto engajamento online dada a idade / ciclo de vida e escolaridade



<sup>3</sup> Simultaneamente, foram realizados testes utilizando outras duas formas de operacionalização da variável de engajamento político: uma utilizando a escala de 7 pontos e outra como variável binária. Todos os modelos foram comparados, e somente as variáveis que demonstraram efeitos significativos nos três modelos foram utilizadas.

Com base nas tendências observadas em cada perfil, é possível resumir dois pontos relevantes. O primeiro diz respeito ao impacto dos níveis de escolaridade no engajamento online. Esses resultados sugerem que o acesso à educação pode desempenhar um papel importante na promoção de uma participação mais ativa em atividades online, como a busca por informações políticas. Em relação a essa questão, Verba, Schlozman e Brady (1995) argumentaram que a escolarização possui pelo menos três funções significativas: (1) ampliar o conhecimento político, o que facilita a avaliação de questões públicas e a tomada de decisões; (2) contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas necessárias para a formação de opiniões; e (3) melhorar o status socioeconômico, por meio do potencial de ascensão ocupacional e aumento da renda. Nesse contexto, espera-se que a interação entre a escolarização e o engajamento online esteja relacionada a uma maior participação eleitoral, especialmente entre os indivíduos mais jovens.

As variáveis de sexo e cor da pele não demonstraram efeitos estatisticamente significativos em todos os modelos testados, o que suscita questionamentos sobre o papel dessas variáveis na determinação do engajamento online. Apesar de não apresentarem significância estatística, os coeficientes foram positivos, sugerindo que as mulheres tendem a ser mais engajadas online do que os homens, e que as pessoas brancas tendem a ser mais engajadas do que as não brancas. A mesma situação se aplica à ausência de significância estatística para a variável de renda: os modelos indicam que uma renda familiar mais alta está associada a um maior engajamento político online. Há várias razões pelas quais uma variável pode não ter demonstrado efeitos estatisticamente significativos, como o tamanho da amostra ou uma alta correlação com outras variáveis do modelo. Por meio de um teste de correlação, foi constatado que a renda possui uma correlação moderada com a escolaridade ( $r = 0,4$ ). Considerando esses fatores, os dados sugerem a existência de uma segmentação de classe entre os indivíduos mais engajados online, sendo caracterizados por serem mulheres brancas, com níveis educacionais mais elevados e renda mais alta. Esses perfis estão em conformidade com as descobertas de Jennings (1979), Quintelier (2007) e Erkulwater (2012) em suas pesquisas.

O segundo ponto aborda as diferenças nos níveis de engajamento online entre jovens, adultos e idosos. Dependendo da variável utilizada, seja "idade" ou "ciclo de vida", observamos que ora os mais jovens, ora os jovens adultos se destacam. No entanto, a tendência linear negativa encontrada ao considerar somente a variável "idade" não se mantém quando utilizamos a variável "ciclo de vida". Conforme discutido na seção teórica, o uso isolado da variável idade pode resultar em uma tendência

enviesada, pois desconsidera outros fatores importantes que moldam as condições de vida. Nesse contexto, a inclusão da variável "ciclo de vida" ajuda a reduzir esse viés, ao considerar o status de relacionamento e a inserção no mercado de trabalho. Portanto, a regressão que utilizou o "ciclo de vida" como variável independente capturou uma tendência que não foi evidenciada no modelo que considerou apenas a "idade". Essa variação sugere que diferentes estágios do ciclo de vida podem influenciar o comportamento online de maneira distinta, o que demanda uma análise mais aprofundada dos fatores que contribuem para essas tendências.

As desigualdades nos níveis de engajamento online extrapolam o âmbito de ações políticas específicas. Como destacado nos estudos conduzidos por Oser, Hooghe e Marien (2013), as disparidades socioeconômicas presentes no ativismo político presencial também se refletem no ambiente online. Assim, embora a internet seja uma plataforma aberta e acessível, o seu uso para buscar informações políticas parece estar limitado a determinados grupos, particularmente aqueles com maior nível educacional.

Estudos recentes têm indicado que o engajamento online pode potencializar a participação política de diversas formas, incluindo conversas e compartilhamento de informações políticas (Santos, 2011), protestos de rua e outras formas de ação direta (Oliveira, 2016; Hansen; Ferreira, 2018) e filiação partidária (Özge, Bingöl, 2021). Além disso, pesquisas adicionais enfatizam que o engajamento online é especialmente eficaz para fins políticos entre os jovens (Vissers; Stolle, 2014). Com base nisso, nossa hipótese é que o engajamento online compensaria a falta de recursos e experiências típicas dessa etapa da vida, aumentando os índices de comparecimento às eleições.

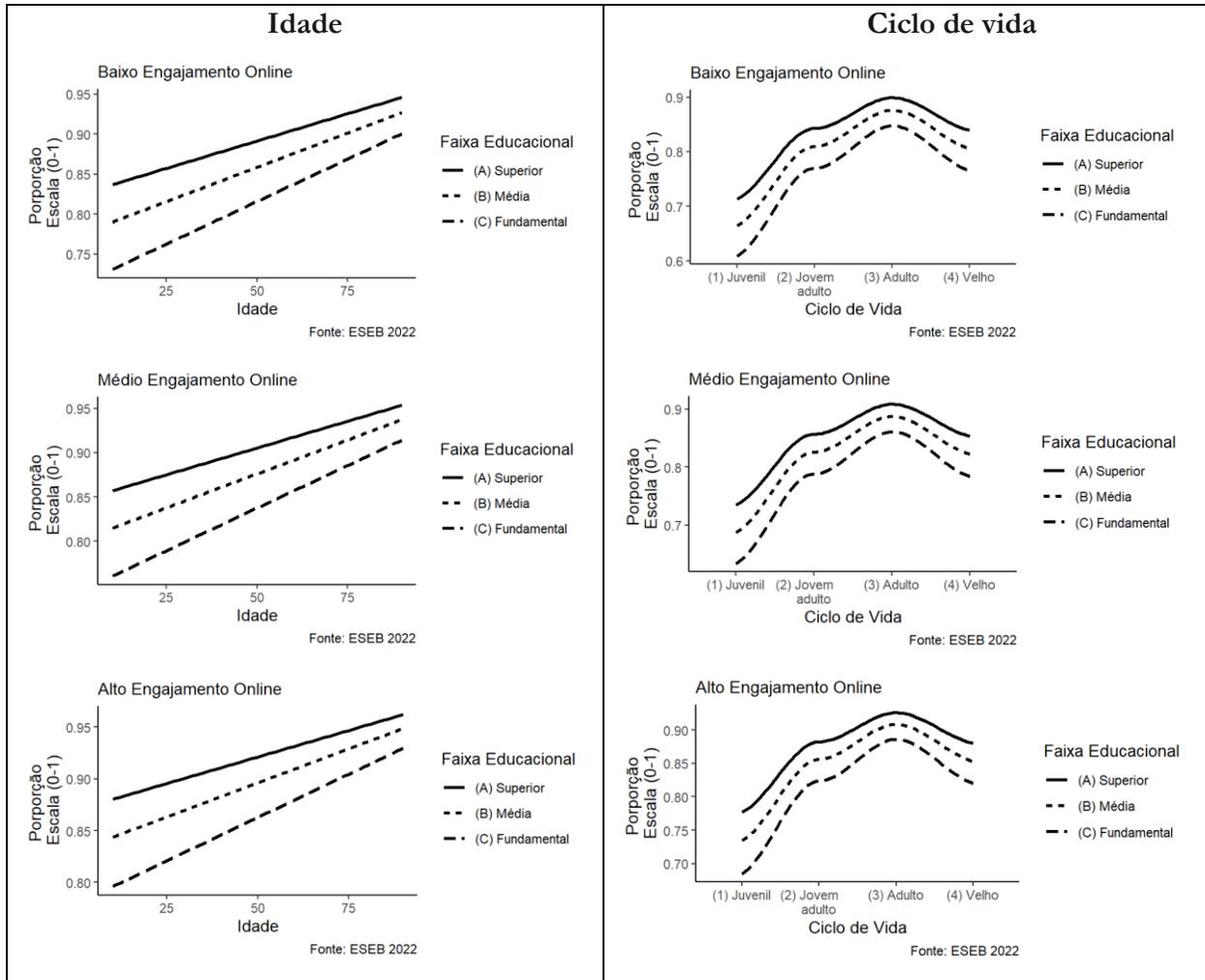
Realizamos uma análise de regressão logística com a variável dependente "comparecimento eleitoral no primeiro turno", considerando os níveis de engajamento online<sup>4</sup>, ciclo de vida e idade como variáveis independentes. Os controles utilizados foram o sexo, escolaridade e cor da pele. Ao examinar os resultados, constatamos que os coeficientes relacionados ao sexo e cor da pele não demonstraram efeitos estatisticamente significativos em todos os modelos testados, conforme apresentado no Gráfico 1. Por outro lado, a variável escolaridade manteve sua relevância,

---

<sup>4</sup> No Gráfico 2, são apresentados os resultados da regressão utilizando a variável "engajamento online" categorizada em "baixo", "médio" e "alto" engajamento. Para fins de comparação, também testamos a mesma variável utilizando uma escala de sete pontos e como uma variável binária. A operacionalização detalhada dessa variável foi descrita na seção referente aos materiais e métodos utilizados.

apresentando um efeito estatisticamente significativo no comparecimento eleitoral no primeiro turno. No Gráfico 2, são apresentados os resultados da regressão apenas com os coeficientes que apresentaram efeitos significativos em todos os modelos analisados.

Gráfico 2 – Valores preditos para idade / ciclo de vida, escolaridade, engajamento online: variável dependente - comparecimento eleitoral no 1º turno em 2022



As evidências coletadas indicam que a maior taxa de comparecimento eleitoral entre os jovens está associada a níveis mais elevados de engajamento online. Essa descoberta corrobora nossa primeira hipótese, a qual sugere que os jovens votam mais quando estão engajados politicamente online, independentemente de seu nível educacional. No entanto, ao considerarmos a variável que mede as

diferenças entre jovens e adultos, seja a "idade" ou o "ciclo de vida", encontramos diferentes valores preditos em cada modelo. No caso da idade, observamos um cenário em que o comparecimento eleitoral aumenta à medida que a idade avança. Por outro lado, ao analisarmos o ciclo de vida, constatamos um efeito curvilíneo.

Ao compararmos os dois modelos, constatamos que apenas o modelo que incorporou a variável "ciclo de vida" apresentou um equilíbrio entre jovens adultos e adultos no perfil dos altamente engajados online. Esse equilíbrio aumenta à medida que o nível educacional também se eleva. Com base nessa análise, argumentamos que o alto engajamento político online, combinado com a escolaridade, contribui para a redução das disparidades entre jovens e adultos no que diz respeito ao comparecimento eleitoral. Esse resultado corrobora nossa segunda hipótese, a qual postula que o engajamento online tem um efeito nivelador no comparecimento eleitoral entre jovens, adultos e idosos. Realizamos o mesmo teste para o comparecimento eleitoral no segundo turno, e os resultados foram semelhantes aos observados no primeiro turno.

A tese dos ciclos de vida sustenta que os jovens apresentam menor engajamento no comparecimento eleitoral em comparação aos adultos, devido à sua menor experiência e recursos (Nie, Verba & Kim, 1974; Knoke & Thomson, 1977; Erkulwater, 2012). No entanto, os resultados que obtivemos relativizam esse argumento por dois motivos. Primeiro, no caso do perfil juvenil, a tese dos ciclos de vida ainda se mantém válida, considerando que esse grupo possui menos recursos e experiência política e, em grande parte, está exercendo o direito ao voto pela primeira vez, que para muitos ainda é facultativo. No entanto, não podemos ignorar que, mesmo dentro desse grupo, existem diferenças nos valores previstos para o comparecimento eleitoral, dependendo do nível de engajamento online e escolaridade. Segundo, os jovens adultos estão passando pela transição da fase juvenil para a fase adulta. Esse grupo se destacou em nossos testes, apresentando valores previstos muito próximos aos dos adultos, especialmente entre aqueles altamente engajados online e com maior nível educacional. Isso indica que a inserção no mercado de trabalho ou a mudança no status de relacionamento pode ter influenciado suas atitudes em relação à política (Caspi, Bem, & Elder, 1989; Stoker & Jennings, 1995). Em resumo, verificamos que o engajamento online desempenha um papel compensatório e minimamente nivelador na participação eleitoral dos jovens adultos em comparação aos adultos.

É importante reconhecer que nossos dados abrangem um período específico, reservado ao ano eleitoral de 2022 no Brasil. Portanto, nosso estudo contribui mais para a problematização do que para a formulação de teses alternativas à teoria do ciclo de vida e participação política. Contudo, nossos dados ganham relevância dentro do contexto polarizado do Brasil, onde o engajamento online, especialmente por meio de influenciadores digitais, desempenhou um papel importante na formação de opiniões.

## **CONCLUSÃO**

Neste artigo, analisamos se o engajamento político online está relacionado a maiores níveis de participação eleitoral entre os jovens. Nossos dados questionam a tese de que os jovens tendem a ter um menor comparecimento eleitoral em relação aos adultos. Argumentamos que o engajamento online, associado ao contexto juvenil, reduziria os custos de participação, contribuindo para o aumento da atividade política offline, inclusive aquelas orientadas para o cidadão (Cortés-Cediel, Gil & Cantador, 2018).

Com isso, tínhamos duas hipóteses centrais de trabalho: (H1) os jovens votam mais quando estão engajados politicamente online; (H2) o engajamento online reduz as diferenças na participação eleitoral entre jovens e adultos. Nossos resultados confirmam que o engajamento online desempenha um forte papel compensatório e minimamente nivelador na participação eleitoral dos jovens em comparação aos mais velhos.

Amparados por esses resultados, sugerimos cautela no uso da variável "idade" na comparação dos níveis de comparecimento eleitoral entre jovens e adultos. Como alternativa para estudos futuros, propomos o uso da variável "ciclos de vida", pois esta capta as condições existenciais que compõem essas etapas, como juventude, vida adulta e velhice, de acordo com a literatura.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, Laurel; MCCABE, Deborah Brown. A coconstructed world: Adolescent self-socialization on the internet. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 31, n. 2, p. 240-253, 2012.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 37, p. 989-1008, 2016.

BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos. *Sociologias*, v. 19, p. 392-426, 2017.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e sociedade*, v. 18, p. 411-423, 2009.

CALDAS, Ana Carolina. Jovens dizem por que vão tirar o título de eleitor em 2022. Site Brasil de Fato. 03/04/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/03/jovens-dizem-por-que-vaio-tirar-o-titulo-de-eleitor-em-2022#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20nas%20duas%20%C3%BAltimas%20semanas%2C%20quase%20100%20mil,shows%20convocando%20a%20juventude%20a%20participar%20das%20elei%C3%A7%C3%B5es>. Último acesso: 03/06/2023.

CASEFF, Gabriela. 2 milhões de jovens de 16 e 17 anos podem votar; 50% a mais que em 2018. 05/09/2022. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/09/2-milhoes-de-jovens-de-16-e-17-anos-podem-votar-50-a-mais-que-em-2018.shtml>. Último acesso: 14/06/2023.

CASPI, Avshalom; BEM, Daryl J.; ELDER JR, Glen H. Continuities and consequences of interactional styles across the life course. *Journal of personality*, v. 57, n. 2, p. 375-406, 1989.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 253-268, 2008.

CORTÉS-CEDIÉL, María E.; GIL, Olga; CANTADOR, Iván. Defining the engagement life cycle in e-participation. In: *Proceedings of the 19th Annual International Conference on Digital Government Research: Governance in the Data Age*. 2018.

Covid-19: jovens de 18 a 24 anos são os mais afetados pelas sequelas da pandemia, aponta estudo. 04/03/2023. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/03/covid-19-jovens-de-18-a-24-anos-sao-os-mais-afetados-pelas-sequelas-da-pandemia-aponta-estudo.ghtml>. Último acesso: 15/06/2023.

Crescimento do eleitorado jovem no Brasil e o combate a desinformação. 16/02/2023. Tribunal Regional Eleitoral-PR. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Fevereiro/crescimento-do-eleitorado-jovem-no-brasil-e-o-combate-a-desinformacao>. Último acesso: 15/06/2023.

DE OLIVEIRA, Renata Almeida et al. Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil. *Revista Debates*, v. 10, n. 3, p. 189-222, 2016.

ERKULWATER, Jennifer L. *Political participation over the life cycle*. 2012.

FARTHING, Rys. The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics. *Journal of youth studies*, v. 13, n. 2, p. 181-195, 2010.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 145-178, 2011.

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, v. 20, p. 425-449, 2014.

HANSEN, Jaqueline Resmini; FERREIRA, Maria Alice Silveira. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 9, n. 1, 2018.

HIGHTON, Benjamin; WOLFINGER, Raymond E. The first seven years of the political life cycle. *American Journal of Political Science*, p. 202-209, 2001.

JENNINGS, M. Kent. Another look at the life cycle and political participation. *American Journal of Political Science*, p. 755-771, 1979.

JENNINGS, M. Kent. Political knowledge over time and across generations. *Public Opinion Quarterly*, v. 60, n. 2, p. 228-252, 1996.

KITANOVA, Magdelina. Youth political participation in the EU: evidence from a cross-national analysis. *Journal of Youth Studies*, v. 23, n. 7, p. 819-836, 2020.

KNOKE, David; THOMSON, Randall. Voluntary association membership trends and the family life cycle. *Social forces*, v. 56, n. 1, p. 48-65, 1977.

MAGNONI, Antonio Francisco; CAMARGO, Aline Cristina; MIRANDA, Giovani Vieira. A internet como indutora da participação política: mídia, tecnologia e engajamento nos ambientes digitais. *Comunicologia-Revista de Comunicação da UCB*, p. 182-201, 2017.

NIE, Norman H.; VERBA, Sidney; KIM, Jae-on. Political participation and the life cycle. *Comparative Politics*, v. 6, n. 3, p. 319-340, 1974.

NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, Pippa. *Young people & political activism*. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, 2004.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Condição juvenil e a participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*, v. 4, n. 1, 2015.

OSER, Jennifer et al. How political efficacy relates to online and offline political participation: A multilevel meta-analysis. *Political Communication*, v. 39, n. 5, p. 607-633, 2022.

OSER, Jennifer; HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie. Is online participation distinct from offline participation? A latent class analysis of participation types and their stratification. *Political research quarterly*, v. 66, n. 1, p. 91-101, 2013.

ÖZGE, Ö. Z.; BİNGÖL, Yılmaz. Political Participation of Youth in Turkey: Social Media as a Motivation. *İnsan ve Toplum Bilimleri Araştırmaları Dergisi*, v. 10, n. 1, p. 605-625, 2021.

QUINTELIER, Ellen. Differences in political participation between young and old people. *Contemporary politics*, v. 13, n. 2, p. 165-180, 2007.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; AYRES, Carla Simara. Democracia, participação e mudança geracional no Brasil. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 62-78, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. 2016.

ROCHA, Lucas. TSE: Número de jovens com título de eleitor novo bate recorde. Site Fórum. 25/04/2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/4/25/tse-numero-de-jovens-com-titulo-de-eleitor-novo-bate-recorde-113480.html>. Último acesso: 03/06/2023.

RODRIGUES, Mariana; MENEZES, Isabel; FERREIRA, Pedro D. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens1. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018.

SANTOS, Flávia. Juventudes partidárias e mobilização cívica on-line: o caso das eleições presidenciais em Portugal (2011). *Sociedade e Cultura*, v. 15, n. 1, p. 39-50, 2012.

SCHLEGEL, Rogério. Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas. *Revista de Sociologia e Política, Curitiba*, v. 17, n. 34, p. 137-157, out. 2009.

SMETS, K. (2016). Revisiting the political life-cycle model: Later maturation and turnout decline among young adults. *European Political Science Review*, 8(2), 225-249. doi:10.1017/S1755773914000460.

STOKER, Laura; JENNINGS, M. Kent. Life-cycle transitions and political participation: The case of marriage. *American political science review*, v. 89, n. 2, p. 421-433, 1995.

VISSER, Penny S.; KROSNICK, Jon A. Development of attitude strength over the life cycle: surge and decline. *Journal of personality and social psychology*, v. 75, n. 6, p. 1389, 1998.

VISSERS, Sara; STOLLE, Dietlind. The Internet and new modes of political participation: online versus offline participation. *Information, Communication & Society*, v. 17, n. 8, p. 937-955, 2014.

## **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em CESOP - Centro de Estudos de Opinião Pública e pode ser acessado em [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4680](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4680).

## **FINANCIAMENTO:**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

## **CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:**

**Daniel L. Rocha:** Conceitualização, Metodologia, Análise Formal e Redação – Rascunho Original. **Filipe V. Faeti:** Conceitualização e Rascunho Original. **Ednaldo A. Ribeiro:** Redação – Revisão e Edição, Visualização.

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:**

Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

## **MINIBIOGRAFIAS DOS AUTORES DO PAPER**

Daniel Leonel da Rocha: Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Desenvolve pesquisas com interface entre protestos e ideologia em países latino-americanos

Filipe Vicenti Faeti: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos - PPGPol/UFSCar e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Desenvolve pesquisas com interface entre as áreas do comportamento, organização e militância partidária.

Ednaldo Aparecido Ribeiro: Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista Produtividade do CNPQ, Nível 2. É doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2008) e desenvolve pesquisas na área de Comportamento Político, principalmente sobre valores, atitudes democráticas e participação política.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.